

RELATÓRIO E CONTAS 2017

Allianz

Sociedade Gestora
de Fundos de Pensões S.A.

Allianz Group
Annual Report 2017

Allianz 

ÍNDICE

Órgãos Sociais	3
<hr/>	
Assembleia Geral Anual Convocatória	4
<hr/>	
Relatório de Gestão Relatório do Conselho de Administração	5-9
<hr/>	
Demonstrações Financeiras Balço Demonstração dos Resultados por Naturezas	10-12
<hr/>	
Demonstração das Alterações no Capital Próprio	13-14
<hr/>	
Demonstração dos Fluxos de Caixa Demonstração dos Fluxos de Caixa Anexo às Demonstrações dos Fluxos de Caixa	15-17
<hr/>	
Anexo às Demonstrações Financeiras	18-30
<hr/>	
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	31-32
<hr/>	
Certificação Legal das Contas Consolidadas	33
<hr/>	

ÓRGÃOS SOCIAIS

CORPOS SOCIAIS DA ALLIANZ SOCIEDADE
GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES,
DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017

Mesa da Assembleia Geral

Companhia de Seguros Allianz Portugal

Presidente

Luís Carlos Melo Ferreira

Secretário

Conselho Fiscal

Alexandre Manuel Fernandes Serra Brandão

Presidente

Isaque Marcos Lameiras Ramos

Vogal

Maria Fernanda Rodrigues Fernandes

Vogal

Aguinaldo João Trindade Nave

Vogal suplente

Revisor Oficial de Contas

KPMG & Associados, SROC, representada por

Fernando Gustavo Duarte Antunes

Conselho de Administração

Teresa Paula Lan Brantuas Silva

Presidente

Maria Ana Fraga de Oliveira Martins

Vogal

Carlos Daniel Fernandes Catela Teixeira

Vogal

ASSEMBLEIA GERAL ANUAL

ALLIANZ – SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

Sede: Rua Andrade Corvo n.º 19 – 1069-014 Lisboa

Capital Social: € 1.000.000

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 501914080

Convocatória

Nos termos legais, convoco os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral anual, no dia 20 de março de 2018, pelas 12 horas, na Rua Andrade Corvo n.º 32 – 3.º, em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1.** Deliberar sobre o relatório de gestão e os documentos de prestação de contas do exercício de 2017, assim como sobre o parecer do Conselho Fiscal.
- 2.** Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados.
- 3.** Apreciar e deliberar sobre uma proposta do Conselho Fiscal quanto à eleição de um novo Revisor Oficial de Contas.
- 4.** Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade.

Nos termos da lei e dos estatutos, e sem prejuízo do direito de agrupamento, podem participar na Assembleia Geral os acionistas que, até aos 15 dias anteriores à data de realização da reunião, tenham depositadas na sede da Sociedade as ações de que sejam titulares ou apresentado documento comprovativo do respetivo depósito em instituição de crédito ou outra legalmente equiparada para o efeito. A cada grupo mínimo de seis ações, corresponde um voto.

Nos termos do art. 289.º, n.º 1, do Código das Sociedades Comerciais, as propostas a submeter à Assembleia Geral, assim como os demais instrumentos de informação preparatória, estarão à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Sociedade.

Lisboa, 16 de fevereiro de 2018

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Dr. José Vaz Serra de Moura
(em representação da Companhia de Seguros Allianz Portugal)

RELATÓRIO DE GESTÃO

ALLIANZ – SOCIEDADE GESTORA
DE FUNDOS DE PENSÕES S.A.

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Nos termos das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração da Allianz – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. submete à vossa apreciação o presente relatório de gestão, bem como o balanço da Sociedade a 31 de dezembro, a demonstração dos resultados e os demais documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2017.

Enquadramento Económico e Institucional

O ano de 2017 foi marcado por uma aceleração cíclica e sincronização do crescimento do PIB a nível global, encontrando-nos atualmente numa envolvente favorável e de criação de emprego. Durante a primeira metade do ano, a economia global melhorou, o que permitiu ao FMI rever em alta a sua previsão para o crescimento em 2017, passando de 3,4% para 3,5%. Verificou-se um incremento significativo no Investimento, na Indústria Manufatureira e no Comércio Internacional.

No final do ano, a OCDE manteve a sua estimativa de crescimento para a economia global em 3,5% para 2017 e 3,7% em 2018, impulsionada pela recuperação da produção industrial e do comércio. Na Zona Euro, as previsões são de 2,1% para 2017, o maior valor dos últimos 10 anos. Os cortes de produção do petróleo previamente acordados entre os países da OPEP e a Rússia, e o aumento da procura global, permitiram que o preço do barril do Brent se valorizasse, situando-se nos 66,82 dólares no final de 2017. Os países emergentes beneficiaram com um dólar débil e a subida dos preços das matérias-primas e do petróleo, que contribuiu para melhorar a perceção de risco neste conjunto de países.

Permanecem os focos de tensão, como as negociações do **Brexit** (processo que está previsto terminar em 2019), em Espanha devido às questões da Catalunha, a possibilidade de eleições antecipadas em Itália, as negociações para uma coligação na Alemanha, as tensões comerciais entre a China e os EUA, as alterações ao acordo da NAFTA e, por último, a possível afirmação da Coreia do Norte como potência nuclear mundial. Todos estes fatores poderão implicar alguma aversão ao risco.

No nosso país, o Banco de Portugal atualizou as suas projeções de crescimento do PIB em 2017 para 2,6%, impulsionado pela procura interna. Os últimos dados de setembro mostram um crescimento de 2,5%, comparado com 2,9% no trimestre anterior.

Em setembro, a agência S&P elevou o **rating** da dívida pública nacional para “Grau de Investimento” pela primeira vez em 5 anos. Este desfecho é conivente com as atuais melhorias macroeconómicas e maior credibilidade fiscal. Em dezembro, a agência de notação financeira Fitch seguiu os passos da S&P e elevou o **rating** de Portugal para “Grau de Investimento”, enumerando como razões principais a redução da dívida pública, o equilíbrio orçamental e o processo de reestruturação do sector bancário da Caixa Geral de Depósitos e do Novo Banco. Sobra apenas a Moody's como única agência a conotar o **rating** do país “Investimento Especulativo”, cuja revisão é esperada no primeiro trimestre de 2018.

Na Europa, os mercados de renda fixa estão pendentes da evolução da inflação que, ao contrário da recuperação macroeconómica, se mantém bastante comedida. A recuperação do emprego e do preço das matérias-primas deveria impulsionar a inflação, mas a realidade dos números mostra um incremento de preços abaixo do esperado.

Durante 2017, o Banco Central Europeu não realizou nenhuma alteração de taxas, pelo que a taxa de depósitos interbancários se manteve em -0,4% e a taxa de juro principal nos 0%. Na reunião de outubro, o Banco Central estendeu temporalmente o seu programa de compras que será até setembro de 2018, mas reduziu o montante mensal de 60.000 milhões de euros para 30.000 milhões de euros.

A Reserva Federal terminou o ano com três subidas de taxa de juro até esta se encontrar no intervalo 1,25% – 1,5%, com o anúncio de uma redução do balanço nos próximos meses e a nomeação de Jerome Powell como novo presidente.

A rentabilidade da obrigação da Alemanha a 10 anos passou de 0,21% no fim de 2016 para 0,43% no final de dezembro. A rentabilidade da obrigação do Governo Português para o mesmo período reduziu, passando de 3,76% para 1,94%.

A Euribor anual teve flutuações ao longo do ano, passando de -0,082% em 2016 para -0,186% no final de 2017. Apresenta valores negativos desde fevereiro de 2016.

Nos mercados acionistas, o melhor ambiente de crescimento macroeconómico, as taxas de juro baixas e a liquidez abundante foram os principais catalisadores de retornos elevados e contribuíram para que a volatilidade chegasse a níveis mínimos dos últimos anos. As bolsas europeias mantiveram-se sustentadas, sendo o crescimento e o menor risco fatores de suporte.

No período compreendido entre dezembro de 2016 e 2017, o DJ Eurostoxx aumentou 6,5% e o S&P recuperou 19,4%. Por sua vez, o PSI20 aumentou 15,1% durante o ano.

Quanto ao mercado dos Fundos de Pensões, em 31 de dezembro de 2017, o valor sob gestão ascendia a 19,7 mil milhões de euros, segundo dados provisórios da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, representando um acréscimo de 6,6% em relação ao final de 2016.

Durante o ano de 2017, foi publicada a seguinte legislação com impacto na atividade de gestão de Fundos de Pensões:

- > Decreto-Lei nº 127/2017, de 9 de outubro. Revê a constituição e o funcionamento dos Fundos de Pensões e das entidades gestoras de Fundos de Pensões, flexibilizando as condições de pagamento das pensões.
- > Publicação pela ASF da Norma 3/2017, de 18 de maio. Norma regulamentar que estabelece os procedimentos de registo junto da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões das pessoas que dirigem efetivamente a empresa, a fiscalizam ou são responsáveis por funções chave, e do atuário responsável.

Atividade

Quanto à atividade da Allianz, SGFP, S.A. em 2017, no valor dos fundos geridos, verificou-se um decréscimo relativamente ao ano anterior, passando de 23.705.427 euros para 21.608.127 euros; o número de fundos sob gestão mantém-se igual, 4 fundos fechados e 1 fundo aberto com várias adesões coletivas e individuais.

A rentabilidade média dos fundos foi positiva, sendo de 2,47%, naturalmente variável de fundo para fundo em função da estrutura da carteira e da respetiva liquidez.

Resultados

Apurou-se neste exercício um resultado líquido de 57.022 euros contra 25.496 euros no ano anterior, o que representa um acréscimo de 31.526 euros. Este resultado representa uma rentabilidade do capital próprio de 5,25%.

Este acréscimo do resultado deve-se fundamentalmente à diminuição de gastos com pessoal, devido à cedência de um colaborador à acionista maioritária da Sociedade, bem como à redução da provisão para outros riscos e encargos constituída em 2015.

Relativamente à prestação de serviços, registou-se um decréscimo de 8,32%, resultante das comissões cobradas aos Fundos de Pensões, passando de 183.539 euros para 168.274 euros.

O resultado operacional passou de 14.584 euros para 50.307 euros, o que traduz um acréscimo de 35.723 euros.

O capital próprio ascende a 1.086.497 euros, respeitando as disposições legais e normas regulamentares em vigor. Em 31 de dezembro de 2017, a margem de solvência da Sociedade Gestora apresenta um nível de cobertura de 135,81%, quando em 2016 era de 128,68%.

Os resultados da Sociedade resumem-se como se segue:

SÍNTESE DOS RESULTADOS	2017	2016
Rendimentos e ganhos antes de depreciações	189.773,79	197.054,64
Gastos e perdas antes de depreciações	(139.245,89)	(182.249,75)
RESULTADOS ANTES DE DEPRECIAÇÕES	50.527,90	14.804,89
Gastos de depreciações e amortizações	(220,94)	(220,97)
RESULTADO OPERACIONAL	50.306,96	14.583,92
Juros e rendimentos	10.145,64	12.318,47
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	60.452,60	26.902,39
Imposto s/rendimento do período	(3.430,52)	(1.406,32)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	57.022,08	25.496,07

Perspetivas para 2018

MERCADO DE FUNDOS DE PENSÕES

Para 2018, não se prevê alteração no mercado interno dos Fundos de Pensões.

Para dar resposta à procura de complementos de reforma privados, continuamos a apostar na comercialização do Fundo de Pensões Aberto.

Aplicação dos Resultados

Em cumprimento do disposto na alínea f) do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe que ao resultado deste exercício, no valor de 57.022,08 euros, seja dada a seguinte aplicação:

Para reserva legal:	€ 3.000,00
Para resultados transitados:	€ 54.022,08

Considerações Finais

O Conselho de Administração quer agradecer a confiança que mereceu das empresas Clientes e dos Acionistas e prestar homenagem à atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal e pela KPMG & Associados – SROC, S.A. Quer também agradecer a todos os Colaboradores da Sociedade, designadamente à Diretora Geral, Dra. Ana O'Neill e à Contabilista Certificada, Dra. Joana Pedro, pela sua dedicação e competência.

Lisboa, 15 de fevereiro de 2018

O Conselho de Administração

Teresa Brantuas

Maria Ana Martins

Carlos Teixeira

ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

(ARTIGO 448º, N.º 4 DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS)

Companhia de Seguros Allianz Portugal: 17.719 ações

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ALLIANZ – SOCIEDADE GESTORA
DE FUNDOS DE PENSÕES S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Valores em €

ATIVO	Notas	2017	2016
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	0,00	220,94
Ativos intangíveis	8	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	9	1.007.191,68	691.041,29
		1.007.191,68	691.262,23
Ativo corrente			
Clientes	11	42.779,98	138.051,31
Estado e outros entes públicos	12	1.238,40	2.383,89
Créditos a receber	13	11.484,62	9.614,42
Diferimentos	14	698,80	585,85
Outros ativos financeiros	10	100.585,62	205.350,60
Caixa e depósitos bancários	4	9.552,73	106.732,64
		166.340,15	462.718,71
Total do Ativo		1.173.531,83	1.153.980,94
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	15	1.000.000,00	1.000.000,00
Reservas	16		
Reservas legais		40.000,00	38.011,00
Outras reservas		29.424,78	29.424,78
		69.424,78	67.435,78
Resultados transitados		(39.949,49)	(63.456,56)
Resultado líquido do período		57.022,08	25.496,07
Total do Capital Próprio		1.086.497,37	1.029.475,29
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	17	0,00	21.110,00
Passivo corrente			
Estado e outros entes públicos	12	2.498,56	7.345,89
Outras dívidas a pagar	18	84.535,90	96.049,76
		87.034,46	103.395,65
Total do Passivo		87.034,46	124.505,65
Total do Capital Próprio e do Passivo		1.173.531,83	1.153.980,94
Fundos de Pensões sob gestão	28	21.608.127,20	23.705.426,81

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Joana Pedro

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Teresa Brantuas

Maria Ana Martins

Carlos Teixeira

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Valores em €

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2017	2016
Serviços prestados	20	168.273,63	183.539,08
Fornecimentos e serviços externos	21	(80.076,33)	(78.510,81)
Gastos com o pessoal	22	(42.095,43)	(87.472,01)
Provisões (aumentos/reduções)	17	21.110,00	13.515,55
Outros rendimentos	23	390,16	0,01
Outros gastos	24	(17.074,13)	(16.266,93)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		50.527,90	14.804,89
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	(220,94)	(220,97)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		50.306,96	14.583,92
Juros e rendimentos similares obtidos	25	10.145,64	12.318,47
Resultado antes de impostos		60.452,60	26.902,39
Imposto sobre o rendimento do período	26	(3.430,52)	(1.406,32)
Resultado líquido do período		57.022,08	25.496,07
Resumo:			
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		50.527,90	14.804,89
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos		50.306,96	14.583,92
Resultado antes de impostos		60.452,60	26.902,39
Resultado líquido do período		57.022,08	25.496,07

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Joana Pedro

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Teresa Brantuas

Maria Ana Martins

Carlos Teixeira

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

ALLIANZ – SOCIEDADE GESTORA
DE FUNDOS DE PENSÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NOS PERÍODOS DE 2016 E 2017

		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição a 1 de janeiro de 2016	1	1.000.000,00	38.011,00	29.424,78	(13.539,96)	(49.916,60)	1.003.979,22
Alterações no período							
Primeira adoção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							
Sub-total	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	3					25.496,07	25.496,07
Resultado integral	4=3+2	0,00	0,00	0,00		25.496,07	25.496,07
Operações com detentores de capital no período							
Realizações de capital							
Distribuição							
Outras operações							
Sub-total	5	0,00	0,00	0,00	(49.916,60)	49.916,60	0,00
Posição a 31 de dezembro de 2016	6=1+4+5	1.000.000,00	38.011,00	29.424,78	(63.456,56)	25.496,07	1.029.475,29
Alterações no período							
Primeira adoção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							
Sub-total	7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	8					57.022,08	57.022,08
Resultado integral	9=7+8	0,00	0,00	0,00	0,00	57.022,08	57.022,08
Operações com detentores de capital no período							
Realizações de capital							
Distribuição							
Outras operações							
Sub-total	10	0,00	1.989,00	0,00	23.507,07	(25.496,07)	0,00
Posição a 31 de dezembro de 2017	11=6+9+10	1.000.000,00	40.000,00	29.424,78	(39.949,49)	57.022,08	1.086.497,37

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

ALLIANZ – SOCIEDADE GESTORA
DE FUNDOS DE PENSÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de Clientes	270.275,94	166.710,79
Pagamentos a Fornecedores	(97.290,32)	(91.102,93)
Pagamentos ao Pessoal	(62.722,08)	(94.122,15)
Caixa gerada pelas operações	110.263,54	(18.514,29)
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento	(2.285,03)	(2.208,69)
Outros recebimentos/pagamentos	(2.207,88)	(814,23)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	105.770,63	(21.537,21)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis		
Ativos fixos intangíveis		
Investimentos financeiros	(422.380,00)	(384.281,00)
Outros ativos		
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis		
Ativos intangíveis		
Investimentos financeiros	200.527,50	437.000,00
Outros ativos		
Juros e rendimentos similares	18.901,96	30.457,44
Dividendos		
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(202.950,54)	83.176,44
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento		
	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares		
Dividendos	0,00	(809,81)
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	0,00	(809,81)
Variação de caixa e seus equivalentes = (1 + 2 + 3)	(97.179,91)	60.829,42
Caixa e seus equivalentes no início do período	106.732,64	45.903,22
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9.552,73	106.732,64

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

Descrição	2017	2016
Caixa	374,10	374,10
Depósitos à ordem	9.178,63	106.358,54
Total	9.552,73	106.732,64

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ALLIANZ – SOCIEDADE GESTORA
DE FUNDOS DE PENSÕES S.A.

1. Informações Gerais

A ALLIANZ – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. tem por objeto social o exercício da atividade de gestão, administração e representação de Fundos de Pensões.

A empresa é uma sociedade anónima, com sede em Portugal, na Rua Andrade Corvo nº 19, Lisboa.

ALLIANZ – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. pertence ao grupo da Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A., com sede na Rua Andrade Corvo nº 32, Lisboa.

De acordo com o regime jurídico aplicável às Sociedades Gestoras de Fundos de Pensões, a Allianz SGFP encontra-se sujeita à supervisão da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade é responsável pela gestão de quatro Fundos fechados e um Fundo aberto.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no exercício no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI).

As demonstrações financeiras, que incluem o balanço, a demonstração de resultados por natureza, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração de fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 15 de fevereiro de 2018.

A moeda de apresentação utilizada nas demonstrações financeiras é o Euro e foram preparadas de acordo com o pressuposto da continuidade e com o regime de acréscimo.

As políticas contabilísticas encontram-se consistentes com as utilizadas em exercícios anteriores, pelo que os valores do exercício de 2017 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores registados na coluna correspondente ao ano de 2016.

DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo:

3.1. BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentadas nesta nota nas principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.2. OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

A) ESPECIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS

A Sociedade reconhece os rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes

recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registados nas rubricas “Outras contas a receber”, “Outras contas a pagar” e “Diferimentos”.

B) ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

A Sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis é calculada pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas anuais aplicadas refletem a vida útil estimada dos bens, como se segue:

Equipamento administrativo:	
Móveis e Utensílios	8 anos
Máquinas de Escritório	5 anos
Computadores	3 anos
Equipamento básico	10 anos

C) ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

A Sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

D) OUTROS INVESTIMENTOS/ATIVOS FINANCEIROS

A mensuração inicial é efetuada ao justo valor, e os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição dos investimentos/ativos financeiros devem ser incluídos no justo valor.

Os investimentos/ativos financeiros da Sociedade são ativos a deter até à maturidade, pelo que se encontram mensurados ao custo amortizado, deduzido de qualquer perda por imparidade. O ajustamento é calculado através do método da taxa efetiva.

Imparidade dos ativos

Em cada data do balanço, é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Se existir evidência objetiva de imparidade, o montante de perda a inscrever em resultados, para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor atual dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro, podendo ser revertida em período subsequente se deixar de existir prova objetiva de imparidade.

Critério de imparidade

Um ativo financeiro encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorrem após o seu reconhecimento inicial, tais como:

Para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação;

Para os títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro que possa ser estimado com razoabilidade.

E) FUNDOS DE PENSÕES SOB GESTÃO

Esta rubrica reflete os ativos dos Fundos de Pensões geridos pela Sociedade. Os ativos dos Fundos são valorizados em conformidade com as regras definidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, na Norma regulamentar nº 26/2002-R de 31 de dezembro e Norma regulamentar nº 9/2007-R de 28 de junho.

F) IMPOSTO SOBRE RENDIMENTOS

O imposto sobre o rendimento do período registado em resultados inclui o efeito do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente corresponde ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período utilizando a taxa de imposto em vigor à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores. O rendimento tributável do período é apurado através da adição/subtração ao resultado contabilístico dos montantes não relevantes fiscalmente ou que permitem deduções adicionais de gastos ou de rendimentos não tributáveis, podendo estas diferenças ser temporárias ou permanentes.

A Sociedade encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável. A tributação é acrescida de Derrama Municipal a uma taxa de até 1,5% sobre o lucro tributável.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes considerados para efeitos fiscais.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis). Na data de cada balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2014 a 2016 é de 12 anos. Para os períodos de 2012 e 2013, bem como para os períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, o prazo de reporte dos prejuízos fiscais é de cinco anos.

Adicionalmente, a dedução de prejuízos fiscais reportáveis está limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, independentemente do período de tributação em que tenham sido apurados.

O gasto relativo ao imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente com o diferido.

G) RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito compreende as prestações de serviços aos fundos de pensões. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

H) CRÉDITOS A RECEBER

Os créditos a receber são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor e subsequentemente valorizados ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, quando o efeito temporal é materialmente relevante, sendo apresentados em balanço deduzidos das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa à data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada num período posterior.

I) DÍVIDAS A PAGAR

As dívidas a pagar são inicialmente reconhecidos pelo seu justo valor e, subsequentemente, pelo custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, quando o efeito temporal é materialmente relevante.

J) CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos, que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

K) BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Planos de contribuição definida

As responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos empregados da Sociedade são reconhecidas como um gasto do período quando devidas. Quando as contribuições não se vençam completamente dentro de doze meses após o final do período em que os empregados prestam o respetivo serviço, são descontadas usando a taxa de desconto determinada por referência aos rendimentos de mercado no fim do período de relato para obrigações de alta qualidade de empresas para a moeda e maturidade semelhante ao prazo esperado do vencimento das contribuições.

3.3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato, com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Sociedade, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuada pela Sociedade, durante um período de cinco a doze anos (cinco anos para prejuízos apurados em 2012 e 2013, doze anos para prejuízos apurados entre 2014 e 2016 e cinco anos para os prejuízos apurados em 2017), no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Sociedade de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.4. PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

Não foram identificadas pelo Conselho de Administração da Sociedade situações que coloquem em causa a sua continuidade.

3.5. PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZAS DAS ESTIMATIVAS

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4. Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Sociedade classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A 31 de dezembro de 2017, todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

A rubrica de caixa e depósitos bancários em 2017 e 2016 é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Caixa	374,10	374,10
Depósitos à ordem	9.178,63	106.358,54
Total	9.552,73	106.732,64

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o presente período, a Sociedade não alterou políticas e estimativas contabilísticas. Não foi igualmente efetuado registo de erros.

6. Partes relacionadas

A companhia de Seguros Allianz Portugal detém 88,60% das ações da Sociedade. Os restantes 11,40% encontram-se dispersos por diversos acionistas.

A Sociedade é consolidada nas contas da Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A., com sede na Rua Andrade Corvo nº 32, Lisboa.

TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS:

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos e as transações efetuadas com partes relacionadas são os seguintes:

Descrição	2017			
	Contas a pagar	Contas a receber	Serviços	
			Obtidos	Prestados
Companhia de Seguros Allianz, S.A.	56.870,62	0,00	46.236,28	0,00
Fundos de Pensões	0,00	42.779,98	0,00	168.273,63
TOTAL	56.870,62	42.779,98	46.236,28	168.273,63

Descrição	2016			
	Contas a pagar	Contas a receber	Serviços	
			Obtidos	Prestados
Companhia de Seguros Allianz, S.A.	58.808,50	0,00	47.811,79	0,00
Fundos de Pensões	0,00	138.051,31	0,00	183.539,08
TOTAL	58.808,50	138.051,31	47.811,79	183.539,08

7. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

Descrição	2016		2017				Valor líquido
	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Aquisições	Abates	Alienações	Depreciações do exercício	
Equipamento básico	1.597,93	(1.597,93)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	29.515,08	(29.294,14)	0,00	0,00	0,00	(220,94)	0,00
TOTAL	31.113,01	(30.892,07)	0,00	0,00	0,00	(220,94)	0,00

Descrição	2015		2016				Valor líquido
	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Aquisições	Abates	Alienações	Depreciações do exercício	
Equipamento básico	1.597,93	(1.597,93)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	29.515,08	(29.073,17)	0,00	0,00	0,00	(220,97)	220,94
TOTAL	31.113,01	(30.671,10)	0,00	0,00	0,00	(220,97)	220,94

8. Ativos intangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

Descrição	2016		2017				Valor líquido
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Aquisição	Abates	Alienações	Amortizações do exercício	
Programas de computador	50.903,50	(50.903,50)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial	156,15	(156,15)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	51.059,65	(51.059,65)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nesta rubrica, encontram-se registados os custos incorridos com a aquisição de software, os quais estão registados ao custo de aquisição líquido das respetivas amortizações acumuladas.

9. Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de outros investimentos financeiros apresentava a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Outros investimentos financeiros		
Obrigações	1.007.191,68	691.041,29
TOTAL	1.007.191,68	691.041,29

10. Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de outros ativos financeiros apresentava a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Outros ativos financeiros		
Obrigações	100.585,62	205.350,60
TOTAL	100.585,62	205.350,60

11. Clientes

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de clientes apresentava a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Clientes		
Clientes	0,00	0,00
Clientes – partes relacionadas (Nota 6)	42.779,98	138.051,31
TOTAL	42.779,98	138.051,31

Descrição	Por vencer	Entre 0 e 90 dias	Entre 90 e 180 dias	Entre 180 e 360 dias	Entre 360 e 720 dias	> 720 dias
Clientes	0,00	42.779,98	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes de cobrança duvidosa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	42.779,98	0,00	0,00	0,00	0,00

12. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2017		2016	
	A receber	A pagar	A receber	A pagar
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	1.238,40	0,00	2.383,89	0,00
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		303,00	0,00	762,00
Imposto de selo	0,00	1.646,63	0,00	5.311,49
Contribuições para a Segurança Social	0,00	548,93	0,00	1.272,40
TOTAL	1.238,40	2.498,56	2.383,89	7.345,89

13. Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Juros a receber	11.484,62	9.614,42
Outros devedores – partes relacionadas (Nota 6)	0,00	0,00
TOTAL	11.484,62	9.614,42

14. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Diferimentos ativos		
Seguros	369,78	345,31
Outros	329,02	240,54
TOTAL	698,80	585,85

15. Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2017, o Capital da ALLIANZ, SGFP, S.A. é de um milhão de euros, representado por 20.000 ações no valor nominal unitário de cinquenta euros, integralmente subscrito e realizado.

A estrutura acionista da Sociedade em 31 de dezembro de 2017 foi a seguinte:

Acionistas	2017	
	Capital subscrito	%
Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.	885.950,00	88,595%
Têxtil Manuel Gonçalves, S.A.	42.000,00	4,200%
Auto-Sueco, Lda.	36.050,00	3,605%
Unibetão – Indústrias de Betão Preparado, S.A.	18.000,00	1,800%
Fundo de Pensões Eurospuma	12.000,00	1,200%
Têxteis Moura & Mattos, S.A.	6.000,00	0,600%
TOTAL	1.000.000,00	100,000%

Relativamente ao exercício de 2016, não houve qualquer alteração acionista.

16. Reservas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Reservas legais	40.000,00	38.011,00
Outras reservas	29.424,78	29.424,78
TOTAL	69.424,78	67.435,78

Em conformidade com o Artº 295 do Código das Sociedades Comerciais, a Sociedade deverá constituir uma reserva legal formada pela afetação de 5% dos lucros líquidos apurados em cada exercício, até que aquela represente a quinta parte do capital subscrito.

17. Provisões

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica das provisões apresentava a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Provisões		
Riscos e encargos	0,00	21.110,00
TOTAL	0,00	21.110,00

Descrição	Saldo em dez. 2016	Dotações do período	Reversões	Utilizações	Saldo em dez. 2017
Provisões					
Riscos e encargos	21.110,00	0,00	0,00	(21.110,00)	0,00
TOTAL	21.110,00	0,00	0,00	(21.110,00)	0,00

18. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as rubricas de dívidas a pagar apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Credores – partes relacionadas (Nota 6)	56.870,62	58.808,50
Gastos subsídios pessoal	3.792,64	8.787,43
Gastos gratificações prémios	6.800,00	13.246,25
Credores diversos	17.072,64	15.207,58
TOTAL	84.535,90	96.049,76

A rubrica “Credores diversos” em 2017 refere-se na sua maioria a honorários.

19. Responsabilidade com benefícios pós-emprego

Foi reconhecido como gasto o montante de 526,28 euros, referente às contribuições de adesão da Sociedade ao Fundo de Pensões Aberto Reforma Mais.

20. Serviços prestados

Esta rubrica traduz as comissões cobradas pela Sociedade aos Fundos de Pensões, de acordo com as condições definidas nos respetivos contratos de gestão:

Descrição	2017	2016
Gestão de Fundos de Pensões	168.273,63	183.539,08

21. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as rubricas de fornecimentos e serviços externos apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Trabalhos especializados	67.960,98	68.891,35
Honorários	2.300,00	0,00
Comissões	65,49	103,41
Material de escritório	136,24	54,58
Deslocações e estadas	7.236,00	7.243,00
Transporte de pessoal	375,65	403,56
Comunicação	236,93	384,46
Seguros	0,00	25,71
Contencioso e notariado	0,00	5,00
Publicações obrigatórias	1.765,04	1.399,74
TOTAL	80.076,33	78.510,81

Os gastos com trabalhos especializados traduzem, entre outros, o encargo com a gestão das carteiras de investimentos dos Fundos de Pensões.

22. Gastos com pessoal

Durante o exercício, a Sociedade teve ao seu serviço um número médio de 1 colaborador.

Os custos com pessoal referentes aos exercícios de 2017 e 2016 são analisados como se segue:

Descrição	2017	2016
Remunerações		
Órgãos Sociais	1.695,80	1.895,32
Pessoal	31.438,44	68.700,14
Encargos sobre remunerações	5.524,18	12.685,85
Benefícios pós-emprego		
Plano de contribuição definida	526,28	511,56
Seguros obrigatórios	1.441,04	1.305,72
Gastos de ação social	1.437,69	2.210,42
Formação	32,00	163,00
TOTAL	42.095,43	87.472,01

O decréscimo das rubricas “Pessoal” e “Encargos sobre remunerações” deve-se à cedência de um colaborador à Companhia de Seguros Allianz.

23. Outros rendimentos

Os outros rendimentos referentes aos exercícios de 2017 e 2016 são analisados como se segue:

Descrição	2017	2016
Correções relativas a períodos anteriores	390,16	0,01

24. Outros gastos

Os outros gastos referentes aos exercícios de 2017 e 2016 são analisados como se segue:

Descrição	2017	2016
Impostos	17.074,13	16.266,93

25. Juros e rendimentos similares

Os juros e rendimentos similares obtidos, referentes aos exercícios de 2017 e 2016, são analisados como se segue:

Descrição	2017	2016
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros de obrigações	20.772,16	24.580,14
Reajustamento custo amortizado	(10.626,52)	(12.261,67)
TOTAL	10.145,64	12.318,47

26. Imposto sobre o rendimento

A Sociedade está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Não foram contabilizados ativos nem passivos por impostos diferidos.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto sobre o rendimento, no período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, apresentava a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Resultados e outras variações patrimoniais antes de impostos	60.452,60	26.902,39
Diferenças permanentes a deduzir	(21.110,00)	(13.515,55)
Lucro tributável	39.342,60	13.386,84
Taxa nominal de imposto	21,00%	21,00%
Dedução de prejuízos fiscais	27.539,82	9.370,79
Matéria coletável	11.802,78	4.016,05
Imposto sobre o rendimento	2.478,58	843,37
Derrama	590,14	200,80
Imposto corrente	3.068,72	1.044,17
Tributações autónomas	361,80	362,15
Imposto do período	3.430,52	1.406,32
Taxa efetiva de imposto	5,67%	5,23%

Os prejuízos e créditos fiscais reportáveis no período findo em 31 de dezembro de 2017 são analisados como se segue:

Exercício de geração	Exercício limite utilização	Prejuízos fiscais disponíveis	Prejuízos fiscais utilizados			Prejuízos reportáveis
			2013	2016	2017	
2012	2017	30.515,05	(7.276,93)	(9.370,79)	(13.867,33)	0,00
2014	2026	16.232,57	0,00	0,00	(13.672,49)	2.560,08
2015	2027	14.207,02	0,00	0,00		14.207,02
TOTAL		60.954,64	(7.276,93)	(9.370,79)	(27.539,82)	16.767,10

27. Dividendos

A Sociedade apresenta resultados transitados negativos, pelo que no exercício de 2017 não haverá lugar a distribuição de dividendos.

28. Fundos de Pensões sob gestão

Em 31 de dezembro de 2017, os Fundos de Pensões sob gestão da Sociedade são analisados como se segue:

Fundos	Valor	%
Fundo Allianz Portugal	11.406.804,90	52,79%
Fundo AZP II	2.530.950,02	11,71%
Fundo AZP III	4.919.275,86	22,77%
Fundo Sun Chemical Portugal	460.560,70	2,13%
Fundo Aberto Reforma Mais	2.290.535,72	10,60%
TOTAL	21.608.127,20	100,00%

29. Outras informações exigidas por diplomas legais

Os honorários faturados nos exercícios de 2017 e 2016 pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas são analisados como se segue:

Descrição	2017	2016
Sociedade gestora		
Certificação legal contas	3.800,00	3.800,00
Fundos de Pensões	7.600,00	7.600,00
TOTAL	11.400,00	11.400,00

Nos termos do nº 1 do artº 21 do Decreto Lei nº 41/91, a Sociedade não têm contribuições em dívida à Segurança Social.

30. Remunerações dos órgãos sociais

Durante o exercício de 2017, o Conselho de Administração não auferiu qualquer montante.

O Conselho Fiscal auferiu o montante de 1.695,80 euros.

Não existe qualquer responsabilidade com benefícios pós-emprego.

31. Acontecimentos após a data do balanço

Não se conhecem à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Lisboa, 15 de fevereiro de 2018.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Joana Pedro

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Teresa Brantuas
Maria Ana Martins
Carlos Teixeira

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

ALLIANZ – SOCIEDADE GESTORA
DE FUNDOS DE PENSÕES S.A.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Exmos. Senhores Acionistas da
Allianz – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Em conformidade com o disposto nos estatutos da **Allianz – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. ("Sociedade")**, vem o Conselho Fiscal da Sociedade apresentar o Relatório sobre a sua ação fiscalizadora e Parecer sobre os documentos de prestação de contas que lhe foram submetidos pelo Conselho de Administração da Sociedade relativos ao ano de 2017.

O Conselho Fiscal acompanhou de perto a atividade da Sociedade através de contactos com o Conselho de Administração ou seus representantes, tendo obtido sempre os esclarecimentos necessários acerca da atividade da Sociedade e da gestão do negócio.

No cumprimento da sua ação fiscalizadora, o Conselho Fiscal verificou e analisou os documentos económico-financeiros na extensão considera conveniente, tendo comprovado a adequação das políticas contabilísticas, os critérios valorimétricos assim como a observância da lei e dos estatutos da Sociedade.

Relativamente aos documentos de prestação de contas - Relatório de Gestão, Balanço, Demonstração dos resultados, alterações no Capital Próprio, Fluxos de Caixa e Anexo, verificou-se que satisfaziam os preceitos legais aplicáveis e que esclareciam razoavelmente a atividade desenvolvida e os resultados alcançados.

Apreciámos a Certificação Legal de Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas cujo conteúdo mereceu a aprovação deste Conselho.

Em resultado do trabalho desenvolvido, é nosso parecer que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as contas referentes a 2017.

Finalmente, desejamos manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Sociedade o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Lisboa, 12 de março de 2018



Alexandre Serra Brandão
Presidente



Maria Fernanda Rodrigues Fernandes
Vogal



Isaque Marcos Lameiras Ramos
Vogal

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

ALLIANZ – SOCIEDADE GESTORA
DE FUNDOS DE PENSÕES S.A.



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental - Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Allianz – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 1.173.532 euros e um total de capital próprio de 1.086.497 euros, incluindo um resultado líquido de 57.022 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Allianz – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.** em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;



- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e,
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

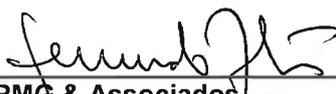
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

8 de março de 2018



KPMG & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Fernando Gustavo Duarte Antunes (ROC n.º 1233)



www.allianz.pt

Allianz - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

R. Andrade Corvo, 19 | 1069-014 Lisboa | Telefone: +351 213 165 533 | Telefax: +351 213 165 546

Capital Social €1.000.000,00 | Pessoa Coletiva 501 914 080